

# IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE BARREIRAS

IMPLEMENTATION OF THE INNOVATION AND INTELLECTUAL PROPERTY MANAGEMENT PROCESS IN THE UNION OF RURAL PRODUCERS OF BARREIRAS

## **Gustavo Tenório Araújo**

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (Barreiras/Brasil). Assistente de Laboratório no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (Bom Jesus da Lapa/Brasil).  
E-mail: gustavo.a0495@ufob.edu.br

## **Gabriela Silva Cerqueira**

Doutora em Química pela Universidade Federal da Bahia (Salvador/Brasil).  
Docente Adjunto na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Barreiras/Brasil).  
E-mail: gabriela.cerqueira@ufob.edu.br

## **Kleymilson do Nascimento Souza**

Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará (Fortaleza/Brasil).  
Docente Adjunto na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Barreiras/Brasil).  
E-mail: kleymilson.souza@ufob.edu.br

## **Cristine Elizabeth Alvarenga Carneiro**

Doutora em Química pela Universidade Estadual de Londrina (Londrina/Brasil).  
Docente Adjunto na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Barreiras/Brasil).  
E-mail: cristine.carneiro@ufob.edu.br

## **Ramon Adrian Salinas Franco**

Doutor em Tecnologia pela Universidade Estadual de Campinas (Campinas/Brasil).  
Docente Adjunto na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Barreiras/Brasil).  
E-mail: ramon.franco@ufob.edu.br

## **Silvina Alejandra Alderete**

Doutora em Matemática pela Universidade Federal da Bahia (Salvador/Brasil).  
Docente Adjunto na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Barreiras/Brasil).  
E-mail: silvina.alderete@ufob.edu.br

Recebido em: 19 de abril de 2026

Aprovado em: 2 de julho de 2026

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RGD | v. 23 | n. 1 | p. 117-140 | jan./jun. 2026

DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v23i1.4392>

## RESUMO

A Propriedade Intelectual constitui elemento estratégico para a proteção e estímulo à inovação, sendo fator essencial ao desenvolvimento científico, tecnológico e econômico. Nesse contexto, a formação de arranjos regionais de inovação, apoiados na cooperação entre atores institucionais e produtivos, contribui para dinamizar economias locais e promover avanços socioeconômicos. Este estudo analisa a gestão da PI no Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB), em parceria com a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), com foco na proteção e valorização de ativos intelectuais no agronegócio regional. Por meio de abordagem Qualitativa e Descritiva, buscou-se caracterizar o perfil dos produtores atendidos e desenvolver instrumentos de apoio à gestão da inovação. As ações contemplaram a criação de um laboratório destinado à PI e à inovação no SPRB, com serviços de assessoria técnica, apoio ao registro de marcas e desenvolvimento de soluções aplicáveis à realidade local. Os resultados indicam que a implantação deste espaço possibilitou a estruturação de rotinas de atendimento, instrumentos de gestão e serviços de apoio à proteção de ativos intelectuais, com destaque para o registro de marcas e o desenvolvimento de soluções aplicadas às demandas dos produtores atendidos. Observou-se, ainda, que a iniciativa favoreceu a disseminação de conhecimentos sobre propriedade intelectual no contexto analisado. Conclui-se que a experiência estudada evidencia o potencial da articulação entre inovação, propriedade intelectual e parceria institucional para fortalecer ações de apoio ao agronegócio regional.

**Palavras-Chave:** Gestão; Propriedade Intelectual; Inovação.

## ABSTRACT

Intellectual Property constitutes a strategic element for the protection and promotion of innovation, serving as an essential factor in scientific, technological, and economic development. In this context, the formation of regional innovation arrangements, supported by cooperation among institutional and productive actors, contributes to the dynamization of local economies and the promotion of socioeconomic progress. This study analyzes IP management at the Rural Producers' Union of Barreiras, in partnership with the Federal University of Western Bahia, with a focus on the protection and valuation of intellectual assets in the regional agribusiness sector. Using a qualitative and descriptive approach, the study sought to characterize the profile of the producers served and to develop instruments to support innovation management. The actions included the creation of a laboratory dedicated to IP and innovation at the Producers' Union, offering technical advisory services, support for trademark registration, and the development of solutions applicable to the local reality. The results indicate that the implementation of this space made it possible to structure service routines, management instruments, and support services for the protection of intellectual assets, with emphasis on trademark registration and the development of solutions tailored to the demands of the producers served. It was also observed that the initiative fostered the dissemination of knowledge about intellectual property in the context analyzed. It is concluded that the experience studied demonstrates the potential of articulating innovation, intellectual property, and institutional partnership to strengthen support actions for regional agribusiness.

**Keywords:** Management; Intellectual property; Innovation.

## 1 INTRODUÇÃO

A Propriedade Intelectual (PI) vem se destacando cada vez mais na sociedade atual, e seu uso estratégico é fundamental para seu desenvolvimento. A PI está vinculada a bens imateriais destinados à satisfação das necessidades físicas das pessoas (Chagas, 2021). Caracteriza-se como instrumento legal, de tutela ao conhecimento proveniente da criação humana, nos aspectos tecnológicos, artísticos e literários. Além disso, pode estimular o avanço socioeconômico dos países e impactar dinamicamente na economia das nações. Segundo Vieira e Buainain (2004), a propriedade intelectual possibilita transformar o conhecimento, em princípio um bem quase público, em bem privado e é o elo entre o conhecimento e o mercado.

Para Amorim, Pires e Santos (2019), é preciso desenvolver relações profundas entre os agentes, estabelecendo um processo de integração e de cooperação de diferentes naturezas que envolva não apenas empresas, mas diversos agentes, criando recursos humanos ativos que ajudem na construção do sistema de inovação. Segundo Garcia *et al.*, (2020) a estruturação de Sistemas Regionais de Inovação (SRI) avaliando os processos de inovação bem como as vantagens competitivas das regiões e sua relação geográfica entre os agentes facilitam a geração e difusão de conhecimento e na implementação de ações locais de apoio e suporte à inovação. Esses sistemas envolvem empresas, universidades, centros de pesquisa, instituições financeiras, governos e outras organizações em uma região geográfica específica, que colaboram para promover a inovação e o desenvolvimento econômico. O ecossistema de inovação e empreendedorismo tem ganhado destaque como uma rede complexa de interações entre diferentes agentes (Felizola; Marques; Silva, 2024)

Numa economia sólida, a inovação tecnológica deve ser resultado de um ambiente que produz ciência de ponta e influência direta e indiretamente o setor produtivo, especialmente por meio dos setores de pesquisa e desenvolvimento gerados no bojo das empresas (Kruglianskas; Matias-Pereira, 2005). Os conceitos de propriedade intelectual e inovação além de úteis para os diversos organismos que integram o Sistema Nacional de Inovação (SNI), podendo agregar vantagem para o cidadão comum, uma vez que qualquer pessoa pode criar obras, produzir conhecimento e gerar ativos intangíveis (Faria, 2011).

Portanto, é essencial disseminar informação na gestão de PI e capacitar os recursos humanos para utilizar a PI gerando riquezas e trazendo benefícios para a sociedade (Speziali *et al.*, 2016).

A efetiva cooperação entre o meio acadêmico e a indústria pode acarretar diversos ganhos, (Lorenzoni *et al.*, 2024), a troca de saberes e tecnologias tem sido um fator impulsionador de inovações tecnológicas, e de competitividade das próprias empresas em diversos países (Rosa; Frega, 2017).

Dessa forma, é fundamental analisar os dados e informações para identificar oportunidades de melhoria e lacunas na atuação das instituições de apoio que fazem parte do ecossistema de inovação, com foco na gestão da propriedade intelectual nessas empresas e assim melhor prepará-las para competir no mercado nacional e internacional.

Para a inovação alcançar os objetivos propostos, precisa ser construída com base em um processo de gerenciamento e organização. Assim, é importante considerar nesse processo de criação e consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), fatores tais como a dificuldade de recursos que eles dispõem para serem estruturados, a falta do quadro permanente de funcionários capacitados em gestão da PI e a resistência apresentada por muitos pesquisadores em cumprir os requisitos necessários para proteger sua Propriedade Intelectual (Rocca, 2009).

Ressalta-se que a inovação deve estar alinhada com o planejamento estratégico da instituição, tendo em vista a necessidade do apoio dos gestores para lograr êxito (Ten Caten, 2021). Dessa forma, uma gestão eficaz da PI e da inovação pode auxiliar as empresas na proteção de seus ativos, além de agregar valor aos mesmos.

Dado o contexto da provocação identificada, percebe-se uma lacuna entre o valor da PI e sua aplicação prática. Além disso, sua relevância é evidente, especialmente no setor agrícola.

Este trabalho teve por objetivo analisar a implantação do processo de gestão da propriedade intelectual no âmbito da parceria entre o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), com foco na estruturação do Laboratório de Propriedade Intelectual e Inovação, nas demandas atendidas, nas ferramentas gerenciais desenvolvidas e nos resultados operacionais observados durante sua execução. De modo complementar, buscou-se sistematizar as práticas adotadas no projeto, de forma a registrar aprendizados institucionais, desafios recorrentes e possibilidades de aprimoramento das ações de apoio à proteção de ativos intelectuais no contexto regional.

Durante o desenvolvimento do projeto, foram atendidos oito (8) produtores e empresários, incluindo o próprio SPRB. No total, foram trabalhadas oito marcas, registradas em quatorze diferentes classificações. Destas, três já tiveram o registro concedido. Ao todo, foram protocolados 27 processos junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), abrangendo pedidos de registro, cumprimento de exigências, manifestações de oposição e recursos contra indeferimento.

A partir dos resultados obtidos, foi elaborado um relatório técnico detalhando as práticas de gestão adotadas, registrando metodologias, experiências e lições aprendidas, de modo a subsidiar futuras iniciativas e fortalecer a integração entre inovação e propriedade intelectual no contexto da produção agrícola.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, o Brasil apresenta baixa integração entre políticas industriais e diretrizes de ciência, tecnologia e inovação (CTI) (Closs; Ferreira, 2012). A Lei de Inovação (nº 10.973/2004) (Brasil, 2004), atualizada pelo Marco Legal de CTI (Lei nº 13.243/2016) (Brasil, 2016), criou bases legais para aproximar universidades, institutos e empresas, favorecendo a inovação. Antes mesmo dessas legislações, já existiam estruturas voltadas à gestão da inovação e da propriedade intelectual, como agências e escritórios de transferência de tecnologia (ETTs). Alguns núcleos surgiram ainda nas décadas de 1980 e 1990, destacando-se os NITs da USP, Unicamp e UFMG (Lobato *et al.*, 2000). Entretanto, sua atuação permanece desigual entre regiões, devido a limitações de infraestrutura, recursos e fatores culturais e organizacionais (Santos; Toledo; Lotufo, 2009).

As universidades desempenham papel central na geração de conhecimento e no depósito de patentes. Nos anos 2000, o Nordeste registrava cerca de 20 depósitos de patentes de invenção por ano, contra 150 no Sudeste. Após a Lei de Inovação, observou-se crescimento progressivo na região, com aproximadamente 450 depósitos em 2017 e 480 em 2019 (INPI, 2020), destacando-se a contribuição das universidades impulsionadas pelos NITs (Ten Caten, 2021). Em 2023, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi líder nacional entre instituições públicas, com 101 depósitos (INPI, 2023), evidenciando o protagonismo crescente de instituições nordestinas na cultura de proteção intelectual.

Segundo Closs e Ferreira (2012), a transferência de tecnologia (TT) nas universidades ocorria, tradicionalmente, via publicações, formação de estudantes e extensão, mas o licenciamento da propriedade intelectual introduziu nova dimensão educacional, ampliando possibilidades de pesquisa (CORG, 2000). Apesar dos avanços, os estudos sobre gestão da PI continuam concentrados em grandes empresas e universidades de regiões desenvolvidas. Assim, torna-se necessário ampliar investigações em áreas menos exploradas, como o Extremo Oeste Baiano, onde, mesmo com agronegócio consolidado, faltam iniciativas estruturadas em inovação e propriedade intelectual, reforçando a relevância de pesquisas aplicadas nesse contexto.

### 2.1 NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A criação dos NITs em Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), incluindo universidades, tornou-se obrigatória com a Lei de Inovação de 2004. Contudo, algumas instituições já possuíam estruturas voltadas à inovação e à transferência tecnológica antes da legislação. A Lei estabeleceu diretrizes sobre a participação de inventores nos ganhos econômicos, incentivou parcerias universidade–empresa e impulsionou a consolidação dos NITs (De Castro *et al.*, 2012).

Lotufo (2009) classifica os NITs em três modelos: legal, voltado à regulamentação e formalização das atividades de PI; administrativo, focado na gestão de convênios e contratos; e de negócios, direcionado à valorização dos resultados de pesquisa e ao desenvolvimento regional. Já as políticas de PI refletem valores, tradições e demandas institucionais, devendo alinhar-se à missão e à estrutura organizacional das universidades, bem como às necessidades de pesquisadores, financiadores e do contexto socioeconômico (Chamas, 2005). Nesse sentido, espera-se que os NITs assumam papel crescente na gestão da inovação e da PI (Silva, 2020).

## 2.2 LABORATÓRIO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO

O Laboratório de PI e Inovação busca promover a proteção e a valorização de ativos intangíveis, em consonância com a definição de inovação da Lei nº 10.973/2004. Sua missão é apoiar empresas, inventores e empreendedores na gestão da PI, criando estratégias de proteção e inserção de inovações no mercado.

No ambiente de inovação aberta, a interação constante entre ICTs e empresas torna necessária a aproximação dos NITs com pesquisadores, a fim de facilitar a proteção e comercialização das tecnologias (Chesbrough *et al.*, 2006; De Souza Andrade *et al.*, 2016). As atividades de um laboratório incluem: acompanhamento da proteção de patentes, marcas, softwares e direitos autorais; análise de anterioridade e potencial inventivo; elaboração de pedidos de proteção; e estudos de mercado e tendências para identificar oportunidades de licenciamento e valorização. Tais espaços funcionam como pontos de convergência entre conhecimento acadêmico e demandas da sociedade, fortalecendo tanto a conexão universidade-comunidade quanto o desenvolvimento regional (Gimenez; Bambini; Bonacelli, 2016).

## 2.3 GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A crescente valorização da PI nas universidades demanda estruturas capazes de gerir eficientemente a criação, uso e transferência de ativos intangíveis. Para De Souza Andrade *et al.* (2016), a PI constitui um dos pilares da inovação aberta, ao oferecer acesso à informação e mecanismos de proteção que garantem investimentos. Pinheiro (2012) a define como a gestão da criação, uso e circulação do conhecimento, voltada à inovação e ao desenvolvimento organizacional. Ávila (2008) reforça o papel da PI no desenvolvimento econômico e social.

Atualmente, as universidades vêm adequando suas estruturas, criando normativas internas e infraestrutura de apoio para proteger e comercializar tecnologias, o que inclui investimentos em políticas

de comunicação, métricas de acompanhamento e capacitação em gestão tecnológica (Garnica *et al.*, 2006 *apud* Garnica; Torkomian, 2009).

## 2.4 REGISTRO DE MARCAS

A marca, definida pela Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) (Brasil, 1996), consiste em sinal distintivo que identifica produtos ou serviços e os diferencia no mercado. Além de proteção legal, confere valor simbólico e econômico, podendo superar ativos tangíveis de uma empresa (Moraes; Ferreira; Oliveira, 2020). O registro assegura exclusividade, evita usos indevidos e viabiliza licenciamento ou comercialização do ativo.

Apesar da relevância crescente, especialmente diante das transformações globais nos ativos intangíveis, o registro de marcas permanece pouco explorado nos estudos acadêmicos (Sales; Pires, 2023). No contexto da inovação universitária, sua valorização é ainda mais necessária, visto que fortalece a identidade institucional e amplia a competitividade de produtos e serviços.

## 3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza Aplicada, com abordagem Qualitativa e delineamento Descritivo, desenvolvida a partir de procedimentos de pesquisa-ação, conforme estrutura representada na Figura 1. A opção por esse desenho metodológico decorre da inserção direta do pesquisador no processo de implantação e acompanhamento do Laboratório de Propriedade Intelectual e Inovação, em interação contínua com os sujeitos e com as demandas atendidas no âmbito da parceria entre a UFOB e o SPRB.

O caráter descritivo da pesquisa reside na sistematização das práticas adotadas, dos fluxos de trabalho estabelecidos, das demandas atendidas e dos resultados operacionais observados durante a execução da iniciativa. A pesquisa Descritiva tem como objetivo caracterizar determinado fenômeno e identificar relações entre variáveis (Gil, 2008). Já a abordagem Qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar a interpretação de processos institucionais, obstáculos de implementação, estratégias de gestão e formas de mediação entre a universidade e os atores do setor produtivo regional. Segundo Raupp e Beuren (2006), esse tipo de abordagem é apropriado para investigar a complexidade dos problemas, compreender a interação entre variáveis e interpretar os processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais.

**Figura 1 - Estrutura analítica do projeto.**



**Fonte: acervo do autor (2025).**

A escolha por essa combinação metodológica se deu por sua adequação à proposta do estudo, nesse sentido, Gil (2017) afirma que a metodologia representa o percurso adotado para alcançar um determinado objetivo, sendo estruturada por procedimentos voltados à coleta de dados e à obtenção de conhecimentos relacionados aos instrumentos de pesquisa, com isso, permitiu-se a construção de um panorama consolidado dos resultados da gestão da propriedade intelectual no âmbito do SPRB, a partir das seguintes etapas metodológicas:

### 3.1 CONTEXTO EMPÍRICO E CORPUS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no contexto da implantação do Laboratório de Propriedade Intelectual e Inovação nas dependências do SPRB, no município de Barreiras, na Bahia. O recorte empírico

concentrou-se no período de estruturação e consolidação inicial desse espaço, abrangendo a organização de sua infraestrutura, a definição de rotinas operacionais, o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento e a execução dos atendimentos relacionados à proteção de ativos intelectuais e a soluções complementares de apoio aos produtores e empreendedores vinculados ao projeto.

O corpus analítico do estudo foi constituído pelos oito casos efetivamente atendidos no âmbito da parceria institucional, incluindo produtores, empresas e o próprio SPRB. A definição desse corpus considerou três critérios: a vinculação formal às atividades do laboratório, a existência de registros empíricos e documentais produzidos ao longo da execução e a aderência dos casos ao objetivo central da pesquisa, que consistiu em analisar a implantação do processo de gestão da propriedade intelectual no contexto regional estudado. Em vez de representar uma amostra com pretensão estatística, os casos analisados compõem um conjunto empírico intencional, adequado à natureza Qualitativa do estudo e suficiente para examinar a diversidade de demandas, procedimentos e resultados observados durante a experiência.

### 3.2 FONTES DE DADOS E PROCEDIMENTOS DE REGISTRO

A produção dos dados ocorreu por meio da combinação de diferentes fontes empíricas e documentais relacionadas à implantação e ao funcionamento do laboratório. Foram utilizados registros de atendimento aos produtores e empreendedores, formulários e planilhas de acompanhamento das demandas, documentos institucionais, relatórios técnicos produzidos no decorrer do projeto, materiais de apoio elaborados pela equipe, informações relativas aos processos protocolados junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), além de registros oriundos da observação participante do pesquisador. Essa observação participante decorreu da atuação direta do autor na mediação entre demandas, equipe executora, produtores e fluxos institucionais, permitindo o acompanhamento contínuo das decisões, dificuldades operacionais, estratégias adotadas e resultados parciais alcançados em cada caso.

### 3.3 ESTRUTURAÇÃO DO LABORATÓRIO

A etapa inicial da experiência consistiu na implantação do Laboratório de Propriedade Intelectual e Inovação nas dependências do SPRB. O sindicato foi responsável pela disponibilização do espaço físico, mobiliário e suporte operacional ao funcionamento do ambiente, enquanto a UFOB contribuiu com apoio técnico e acadêmico por meio da participação de professores e estudantes, além da disponibilização de

equipamentos e insumos viabilizados pelo QuitandaLAB, especialmente para atividades de prototipagem e impressão 3D.

O funcionamento do laboratório foi organizado em duas frentes complementares. A primeira concentrou ações vinculadas à propriedade intelectual, tais como orientação sobre proteção de ativos, apoio ao registro de marcas, elaboração de fluxos de atendimento, organização documental e atividades formativas. A segunda abrangeu ações de desenvolvimento, inovação e prototipagem, destinadas à criação de soluções aplicadas às demandas específicas dos atendidos. Do ponto de vista metodológico, essa etapa foi relevante não apenas por viabilizar a execução dos atendimentos, mas também por constituir o ambiente institucional no qual os dados do estudo foram produzidos. A organização dos fluxos internos, das rotinas operacionais e dos instrumentos de acompanhamento foi parte integrante do processo de observação e análise desenvolvido na pesquisa.

### 3.4 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE ANÁLISE

Após a implantação do laboratório, o processo analítico da pesquisa foi desenvolvido em seis etapas articuladas. Na primeira, realizou-se o levantamento, junto ao SPRB, de produtores, empresas e iniciativas com demandas potenciais relacionadas à inovação e à propriedade intelectual. Na segunda etapa, foram identificados os ativos passíveis de proteção ou de desenvolvimento no escopo do projeto, com destaque para marcas, elementos de identidade visual, rótulos, materiais institucionais e soluções apoiadas por prototipagem. Em seguida, procedeu-se ao mapeamento de normativas, referências operacionais e ferramentas de gestão relevantes ao atendimento das demandas identificadas. A quarta etapa compreendeu a criação de procedimentos internos, formulários, planilhas e fluxos de trabalho capazes de dar suporte à execução dos atendimentos. Na quinta etapa, esses instrumentos foram aplicados aos casos acompanhados. Por fim, a sexta etapa envolveu a sistematização do material produzido e a elaboração do relatório técnico que serviu de base à análise apresentada neste artigo.

Essa sequência permitiu acompanhar o processo de implantação do laboratório não apenas como experiência operacional, mas como objeto analítico, evidenciando a relação entre estrutura institucional, rotinas de gestão, perfil das demandas atendidas e resultados diretamente observáveis

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a organização do material empírico, os dados foram sistematizados por caso atendido e por tipo de demanda, o que permitiu leitura comparativa entre perfis de produtores, natureza das solicitações, barreiras identificadas, estratégias de encaminhamento e situação dos resultados obtidos. A análise foi

conduzida por categorização temática, orientada por cinco eixos vinculados ao objetivo do estudo: a) estruturação institucional do laboratório; b) perfil das demandas atendidas; c) ferramentas gerenciais desenvolvidas; d) obstáculos enfrentados durante os atendimentos; e e) resultados operacionais observados. Sempre que possível, procedeu-se à triangulação entre registros de atendimento, documentos produzidos, informações processuais e observação participante, com o objetivo de conferir maior consistência interpretativa aos achados.

Cumprе destacar que o estudo não teve por objetivo mensurar impactos econômicos, sociais ou territoriais em sentido amplo, mas analisar a implantação do processo de gestão da propriedade intelectual e os resultados diretamente observáveis no âmbito da experiência estudada. Essa delimitação é importante para definir o alcance analítico da pesquisa e orientar a interpretação cautelosa das conclusões apresentadas

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS**

Os resultados são apresentados a partir de quatro eixos analíticos: i) estruturação institucional do Laboratório de Propriedade Intelectual e Inovação; ii) perfil das demandas atendidas; iii) ferramentas e rotinas gerenciais desenvolvidas ao longo da execução; e iv) resultados operacionais observados nos casos acompanhados. Essa organização busca superar uma leitura exclusivamente descritiva das atividades realizadas, permitindo analisar de que modo a implantação do laboratório se traduziu em práticas concretas de gestão da propriedade intelectual no contexto da parceria entre a UFOB e o SPRB.

No período analisado, o laboratório atendeu oito casos diretamente vinculados ao público articulado pelo SPRB, com predominância de demandas relacionadas ao registro de marcas. Também foram desenvolvidas ações complementares em identidade visual, elaboração de rótulos, brindes institucionais e prototipagem 3D. Esse conjunto de atendimentos permite observar, de forma situada, tanto a diversidade das necessidades apresentadas pelos demandantes quanto os limites e as potencialidades da atuação institucional em propriedade intelectual no contexto do agronegócio regional.

### **4.2 PERFIL DAS DEMANDAS E BARREIRAS IDENTIFICADAS**

Um primeiro achado relevante refere-se à centralidade do registro de marcas entre as necessidades identificadas. A recorrência dessa demanda sugere que, no universo empírico estudado, a propriedade

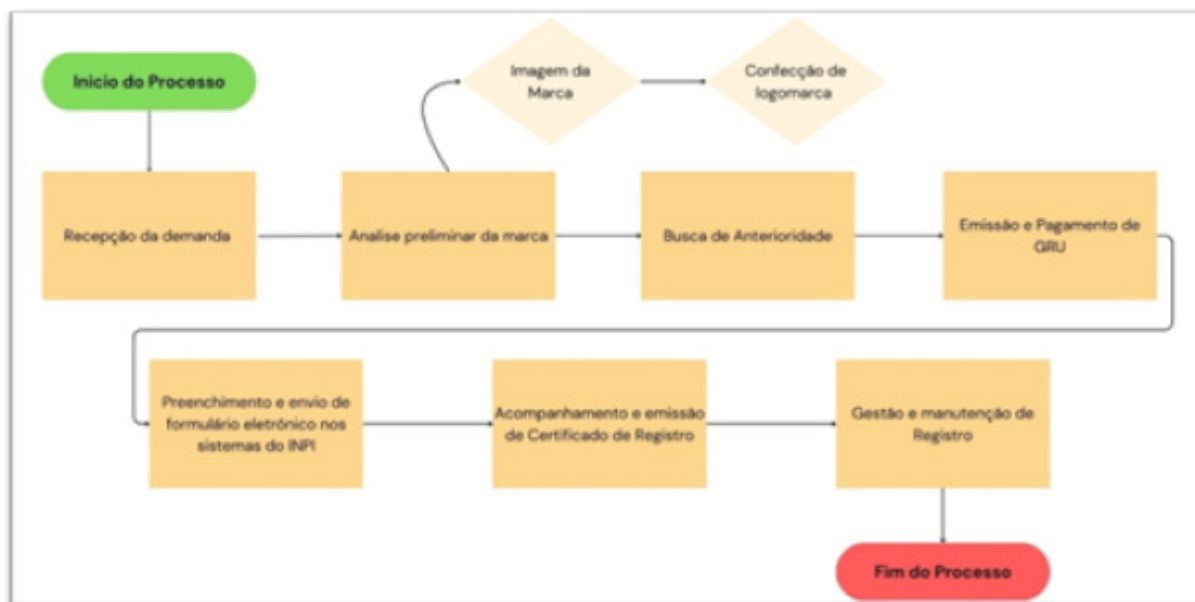
intelectual é percebida, em primeiro lugar, como instrumento de proteção da identidade de produtos, serviços e iniciativas institucionais. Esse resultado é consistente com o fato de que parte expressiva dos produtores e empreendedores atendidos já possuía atuação consolidada em seus segmentos, mas ainda não havia formalizado mecanismos jurídicos de proteção de seus sinais distintivos.

Ao mesmo tempo, os atendimentos evidenciaram barreiras recorrentes à apropriação estratégica da propriedade intelectual. Entre elas destacam-se o desconhecimento sobre os procedimentos de registro, as dúvidas quanto à necessidade da proteção, a percepção de custos e prazos como fatores de desestímulo, a dificuldade de acompanhamento da tramitação processual e, em alguns casos, a necessidade de readequação da estratégia de depósito em razão de colidências, oposições ou exigências técnicas. Esses elementos ajudam a explicar por que a atuação do laboratório não se restringiu ao protocolo de pedidos, mas envolveu atividades de orientação, mediação e tradução técnica do sistema de proteção marcária para os atendidos.

#### 4.3 FERRAMENTAS GERENCIAIS E ROTINAS DE APOIO

Diante desse cenário, uma contribuição importante da experiência analisada foi a criação de instrumentos internos de gestão capazes de dar maior organização e previsibilidade aos atendimentos. Foram desenvolvidos formulários, planilhas de acompanhamento, fluxos operacionais, rotinas de armazenamento de documentos e materiais orientativos para uso da equipe e dos atendidos. Esses instrumentos cumpriram dupla função: de um lado, apoiaram a execução prática das demandas; de outro, constituíram evidências do processo de institucionalização de práticas de gestão da propriedade intelectual no âmbito do laboratório. A Figura 2 apresenta uma síntese das etapas referentes aos pedidos de registro de marca.

**Figura 2 - Fluxograma do Processo de Registro de Marca**



**Fonte: acervo do autor (2025).**

A elaboração de um guia prático para acompanhamento de processos no sistema do INPI exemplifica esse movimento (Figura 3). Mais do que um produto acessório, esse material respondeu a uma dificuldade concreta observada nos atendimentos: a baixa familiaridade dos produtores com a tramitação administrativa de seus pedidos. Assim, os instrumentos produzidos pela equipe devem ser compreendidos como soluções organizacionais para obstáculos empíricos identificados no campo, e não apenas como materiais complementares de apoio.

**Figura 3 - Guia de Acompanhamento Processo de Registro de Marca**



Fonte: acervo do autor (2024).

#### 4.4 CAPACITAÇÃO, INTERAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO OPERACIONAL

Outro aspecto relevante foi a necessidade de formação contínua da equipe executora e de coordenação institucional entre universidade, sindicato e demandantes externos. As reuniões periódicas, os treinamentos internos e o repasse de informações aos colaboradores do SPRB desempenharam papel importante na padronização das práticas e na consolidação dos fluxos de trabalho. Esse dado sugere que a gestão da propriedade intelectual, em ambientes institucionais ainda em consolidação, depende não

apenas de conhecimento normativo, mas também da construção gradual de competências operacionais, comunicacionais e relacionais.

As ações de divulgação em eventos técnicos e científicos também contribuíram para ampliar a visibilidade da iniciativa e a circulação regional de informações sobre propriedade intelectual. Durante a execução do projeto, houve participação em duas edições do Bahia Farm Show, em 2023 e 2024. Considerada a maior feira de agronegócios do Norte e do Nordeste do país, o evento ocorre anualmente em Luís Eduardo Magalhães/BA. Em ambas as edições, foi disponibilizado um estande no sistema CNA/FAEB/SENAR/Sindicatos para apresentação ao público de informações relacionadas à PI, à impressão 3D e ao suporte técnico oferecido pelo laboratório.

O projeto também foi apresentado em eventos científicos, como o XV ENAPID (Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento), um dos principais eventos de PI e inovação no Brasil, voltado ao debate sobre a propriedade intelectual e sua relevância para o desenvolvimento da inovação em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, foi divulgado em eventos regionais, como o IV Encontro de Educação Empreendedora Inovação Verde: Relação entre a Universidade e Empresas e o I Seminário Integrado dos Programas de Pós-Graduação da UFOB, contribuindo para sua difusão junto à comunidade acadêmica.

Embora tais ações, isoladamente, não permitam afirmar impactos regionais amplos, elas reforçam a função do laboratório como espaço de mediação entre conhecimento especializado e demandas do setor produtivo, o que se mostra particularmente relevante em contextos nos quais a cultura de proteção intelectual ainda é incipiente.

#### 4.5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS ATENDIDOS

O Quadro 1 sintetiza os casos atendidos pelo laboratório e permite observar a heterogeneidade das demandas, dos segmentos produtivos envolvidos e dos resultados alcançados. Mais do que um inventário de atendimentos, esse conjunto de casos constitui a base empírica a partir da qual se pode compreender como a gestão da propriedade intelectual se materializou, na prática, em um contexto regional marcado por necessidades diversas e diferentes níveis de maturidade organizacional.

**Quadro 1 - Produtores Atendidos e Atividades Desenvolvidas.**

| Produtor/Empresa                          | Ramo                                                                           | Demanda Executada                                                                               | Situação                                                                              |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Néctar do Cerrado</b>                  | Produção e Comercialização de Cosméticos Artesanais                            | Registro de Marca; Moldes Impressos em 3D                                                       | Laboratório protocolou manifestação; processo em andamento aguardando exame de mérito |
| <b>SPRB</b>                               | Representação de Classe e Assistência Técnica                                  | Registro de Marcas "Agro com Você", "Epopéia do Agro" e "Produtos do Oeste"; Brindes Exclusivos | Dois processos deferidos e cinco aguardando exame de mérito                           |
| <b>SA Consultoria Agropecuária</b>        | Consultoria e Assistência Técnica Rural                                        | Registro de Marca                                                                               | Aguardando exame de mérito                                                            |
| <b>Fazenda Madras</b>                     | Criação de Bovinos e Produção de Queijos                                       | Registro de Marca                                                                               | Aguardando exame de mérito                                                            |
| <b>Laticínios Várzea</b>                  | Fabricação de Laticínios                                                       | Registro de Marca                                                                               | Deferido                                                                              |
| <b>Fazenda Brauninha</b>                  | Criação de Animais, Produção de Ovos e Frutas                                  | Desenvolvimento de Logomarca e Criação de rótulos                                               | Concluído                                                                             |
| <b>Nemafito</b>                           | Laboratório de análises Fitopatológicas                                        | Interposição de recurso em processo de registro de marca                                        | Aguardando exame de mérito                                                            |
| <b>RF Empreendimentos e Terraplanagem</b> | Construção civil, Aluguel de Máquinas e Prestação de serviços de Terraplanagem | Registro de Marca                                                                               | Aguardando exame de mérito                                                            |

**Fonte: elaborado pelo autor (2025).**

A leitura comparativa dos casos evidencia, em primeiro lugar, que o registro de marca foi a demanda mais recorrente, independentemente do setor de atuação dos atendidos. Esse padrão sugere que a principal porta de entrada para a atuação do laboratório esteve associada à proteção da identidade de empreendimentos, produtos e serviços. Em segundo lugar, os casos demonstram que a complexidade dos atendimentos variou significativamente. Houve situações de tramitação relativamente linear, como no caso das marcas vinculadas ao SPRB e do registro figurativo de Laticínios Várzea, e situações mais complexas, como as enfrentadas por Néctar do Cerrado e Nemafito, nas quais houve oposição, indeferimento ou necessidade de manifestação técnica e recurso administrativo.

Também foram observadas diferenças relevantes quanto ao grau de maturidade dos empreendimentos e ao tipo de suporte exigido. Alguns casos demandaram essencialmente apoio procedimental para o depósito da marca, como SA Consultoria Agropecuária, Fazenda Madras e RF Empreendimentos e Terraplanagem. Outros envolveram soluções mais abrangentes, combinando

proteção marcária com desenvolvimento de logomarca, rótulos, materiais promocionais ou prototipagem, como ocorreu com Fazenda Brauninha, Néctar do Cerrado e o próprio SPRB. Essa diversidade indica que a atuação do laboratório assumiu caráter híbrido, articulando proteção jurídica, assessoria técnica e valorização simbólica dos negócios assessorados.

A análise comparativa também mostra que o estágio processual das demandas não foi homogêneo. Houve casos deferidos, casos em exame de mérito, casos em fase recursal e situações em que a formalização do depósito ainda dependia de ajustes internos do próprio atendido. Essa variação reforça que a efetividade do laboratório não deve ser medida apenas pelo número de registros concedidos, mas também pela capacidade de estruturar percursos de proteção adequados às diferentes necessidades e níveis de complexidade encontrados em cada situação.

Tomados em conjunto, os casos indicam que a principal contribuição empírica da experiência analisada não está apenas no volume de procedimentos realizados, mas na capacidade de transformar demandas dispersas em processos organizados de orientação, formalização e acompanhamento. Nesse sentido, o laboratório atuou como instância intermediária de tradução entre o sistema jurídico da propriedade intelectual e a realidade concreta dos produtores e empreendedores da região.

#### 4.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos permitem compreender a implantação do Laboratório de Propriedade Intelectual e Inovação como uma experiência de mediação institucional entre universidade, entidade representativa e setor produtivo regional. Em vez de revelar um ambiente previamente estruturado para a gestão da propriedade intelectual, os casos analisados mostram um contexto em que a demanda por proteção existe, mas é acompanhada por desconhecimento procedimental, baixa familiaridade com o sistema de registro e necessidade de apoio intensivo para transformar intenções difusas em ações formalizadas.

Nessa direção, a experiência estudada dialoga com a literatura que aponta a importância crescente de estruturas intermediárias de apoio à gestão da propriedade intelectual e à transferência de conhecimento. Garnica e Torkomian (2009) já ressaltavam que as universidades vinham se reorganizando internamente para adequar seus sistemas de gestão da propriedade intelectual e da transferência tecnológica, movimento igualmente identificado neste estudo. No caso analisado, porém, a contribuição mais evidente não foi a demonstração imediata de impactos econômicos mensuráveis, mas a criação de capacidades institucionais locais para acolher, organizar e encaminhar demandas relacionadas à proteção de ativos intangíveis, podendo funcionar como recurso de negociação e vantagem competitiva,

em consonância com Buainain (2005). A experiência evidencia que a consolidação de práticas de gestão da propriedade intelectual, especialmente em regiões menos exploradas pela literatura, depende da existência de espaços capazes de articular conhecimento técnico, rotinas organizacionais e interlocução com atores externos. Essa constatação dialoga com Stal e Fugino (2021), que destacam a dimensão cultural como entrave à inovação.

A análise comparativa dos casos mostra ainda que o registro de marcas operou como principal eixo de aproximação entre os atendidos e o laboratório. Isso sugere que, no contexto estudado, a marca representa um ativo mais imediatamente reconhecível pelos produtores e empreendedores do que outras modalidades de propriedade intelectual. Ainda assim, os atendimentos demonstraram que mesmo essa forma de proteção exige mediação técnica, especialmente em situações que envolvem oposição, colidência, recurso administrativo ou definição estratégica da forma de depósito. Assim, a experiência estudada reforça que a gestão da propriedade intelectual não se resume à dimensão normativa, mas envolve capacidade de análise, comunicação e adaptação às particularidades de cada caso.

Outro resultado relevante refere-se ao papel das ferramentas de gestão produzidas durante a implantação do laboratório. Formulários, planilhas, fluxos operacionais, materiais explicativos e rotinas documentais não apenas viabilizaram os atendimentos, mas constituíram mecanismos concretos de institucionalização da prática de gestão da propriedade intelectual. Nessa perspectiva, parte importante da contribuição do projeto residiu na construção de uma infraestrutura organizacional mínima para a atuação continuada nesse campo, aspecto que dialoga com os desafios apontados pela literatura sobre NITs, transferência de tecnologia e gestão da inovação. Os resultados reiteram desafios já assinalados por Souza (2011), como a ausência de modelos claros de gestão e a carência de profissionais qualificados.

Ao mesmo tempo, o estudo também revela limites importantes. A heterogeneidade dos casos atendidos, a diversidade dos setores econômicos envolvidos e o estágio ainda inicial de várias demandas impedem generalizações amplas sobre efeitos econômicos, sociais ou territoriais. Embora a experiência sugira potencial para fortalecimento institucional, ampliação da cultura de proteção e valorização dos empreendimentos assessorados, tais desdobramentos devem ser interpretados com cautela, pois não foram objeto de mensuração direta na pesquisa.

Desse modo, a principal contribuição analítica do estudo reside em demonstrar como a gestão da propriedade intelectual pode ser operacionalizada, em escala regional, por meio de arranjos colaborativos entre universidade e organização representativa, desde que acompanhada de instrumentos de gestão, capacitação contínua e sensibilidade às especificidades das demandas atendidas. Essa interação proporcionou adaptações específicas ao contexto local, alinhando-se às análises de Macedo *et al.* (2015),

que entendem a inovação como um processo colaborativo, dependente da cooperação entre distintos atores sociais.

Observou-se que a introdução de inovações enfrenta condicionantes externos relacionados à sua aceitação social e econômica. Vasconcellos e Marx (2011) destacam que, sobretudo no setor de serviços, a inovação depende da percepção de valor por parte do usuário. Nos resultados desta pesquisa, tal dinâmica foi evidente: quando o processo de registro de marca era explicado, incluindo custos, prazos e etapas do INPI, frequentemente havia questionamentos ou resistência por parte dos produtores.

O caso analisado sugere que a construção de capacidades institucionais locais para a proteção de ativos intangíveis pode constituir etapa relevante no fortalecimento da relação entre universidade e setor produtivo, ainda que os efeitos finais dessa articulação dependam de acompanhamento longitudinal e de novas investigações.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa analisou a implantação do Laboratório de Propriedade Intelectual e Inovação no contexto da parceria entre o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), com foco nas práticas de gestão estruturadas, nas demandas atendidas e nos resultados operacionais observados ao longo da experiência. Os achados demonstram que a iniciativa possibilitou a criação de rotinas de trabalho, instrumentos de acompanhamento, materiais de apoio e serviços voltados à proteção de ativos intelectuais, especialmente no campo do registro de marcas.

Do ponto de vista empírico, o estudo evidenciou que o laboratório atendeu oito casos, trabalhou com oito marcas em quatorze classificações distintas, obteve registros concedidos e acompanhou diferentes tipos de procedimentos perante o INPI, incluindo pedidos, manifestações, exigências e recursos. Esses resultados confirmam a materialidade da experiência analisada e permitem afirmar que a parceria institucional foi capaz de viabilizar um ambiente de apoio técnico à propriedade intelectual em um contexto regional ainda pouco explorado pela literatura.

Também se observou que a atuação do laboratório não se limitou ao protocolo de pedidos de registro. A experiência envolveu orientação técnica, organização documental, mediação entre equipe executora e demandantes, elaboração de instrumentos gerenciais e desenvolvimento de soluções complementares, como identidade visual, rotulagem e prototipagem. Esse conjunto de práticas sugere que a gestão da propriedade intelectual, em contextos regionais emergentes, demanda abordagem integrada, combinando conhecimento normativo, capacidade organizacional e adaptação às especificidades do público atendido.

Por outro lado, os resultados não autorizam afirmar, de forma conclusiva, impactos econômicos, sociais ou territoriais amplos decorrentes da iniciativa. Embora a experiência indique potencial para fortalecimento da cultura de proteção intelectual, valorização simbólica dos empreendimentos e ampliação da articulação entre universidade e setor produtivo, tais efeitos não foram diretamente mensurados no escopo desta pesquisa. Em razão disso, a principal contribuição do estudo reside menos na demonstração de impactos finais e mais na sistematização de uma experiência concreta de implantação institucional, com aprendizados que podem subsidiar investigações futuras e ações semelhantes em outros contextos.

Como agenda de continuidade, recomenda-se o desenvolvimento de estudos com acompanhamento longitudinal dos casos atendidos, capazes de verificar desdobramentos posteriores em termos de consolidação de marcas, adoção de práticas de proteção, desempenho organizacional e articulação regional. Também se mostra pertinente aprofundar o diálogo entre a experiência analisada e a literatura sobre transferência de conhecimento, gestão da inovação e desenvolvimento regional, reforçando o enquadramento teórico de iniciativas voltadas à propriedade intelectual em territórios periféricos ou institucionalmente emergentes.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. G.; PIRES, A. E.; SANTOS, L. F. Desafios na transferência de tecnologia universidade empresa: um relato de experiência do Núcleo de Transferência de Tecnologia da UFRB. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 5974, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/cp.v12n1p59>. Acesso em: 10 maio 2023.
- ÁVILA, J. P. C. Desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual no Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **A história da tecnologia brasileira contada por patentes**. Rio de Janeiro: INPI, 2008.
- BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 maio 1996.
- BRASIL. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1.

BRASIL. Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, e altera a Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2016.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Propriedade intelectual e inovação tecnológica: algumas questões para o debate atual. **O Futuro da Indústria: cadeias produtivas**, v. 1601, p. 1138, 2005.

CHAGAS, E. E. **Propriedade intelectual**. 2021. Disponível em: <https://coad.com.br/home/noticias-detalle/106061/especial-artigo-propriedade-intelectual>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CHAMAS, C. I. Gerência da propriedade intelectual na academia. **Comportamento Organizacional e Gestão**, v. 11, n. 1, p. 2545, 2005.

CHESBROUGH, H. **Inovação aberta**: como criar e lucrar com a tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2012.

CLOSS, L. Q.; FERREIRA, G. C. A transferência de tecnologia universidadeempresa no contexto brasileiro: uma revisão de estudos científicos publicados entre os anos 2005 e 2009. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 19, n. 2, p. 419432, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gp/v19n2/v19n2a14.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

COUNCIL ON GOVERNMENTAL RELATIONS. **Technology transfer in U.S. research universities: dispelling common myths**. Washington, DC, 2000. 21 p.

DE CASTRO, B. S. *et al.* O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades brasileiras. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 1, p. 125140, 2012.

DE SOUZA ANDRADE, H. *et al.* A gestão da propriedade intelectual em ambiente de inovação aberta. **Revista Espacios**, v. 37, n. 17, 2016. Disponível em: <https://revistaespacios.com/a16v37n17/16371703.html>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FARIA, A. X. **O ensino da propriedade intelectual nos cursos de graduação do Brasil**: razões e proposições. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2011.

FELIZOLA, M. P. M.; MARQUES, J. A.; SILVA, A. L. S. Mapeamento do ecossistema de empreendedorismo e inovação da indústria criativa brasileira de impacto socioambiental. **Revista Gestão e**

**Desenvolvimento**, v. 21, n. 2, 2024. DOI: 10.25112/rgd.v21i2.3793. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3793>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GARCIA, R. *et al.* **Sistemas regionais de inovação**: fundamentos conceituais, aplicações empíricas, agenda de pesquisa e implicações de políticas. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2020.

GARNICA, L. A.; TORKOMIAN, A. L. V. Gestão de tecnologia em universidades: uma análise do patenteamento e dos fatores de dificuldade e de apoio à transferência de tecnologia no Estado de São Paulo. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 16, n. 3, p. 624638, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIMENEZ, A. M. N.; BAMBINI, M. D.; BONACELLI, M. B. M. Universidades no sistema de inovação brasileiro: a experiência da Unicamp na promoção de uma cultura da propriedade intelectual, empreendedorismo e inovação. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 1832, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Assessoria de Assuntos Econômicos. **Indicadores da propriedade industrial**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/dados-e-series-temporais/tabelas-completas-dos-indicadores-de-pi>. Acesso em: 5 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Assessoria de Assuntos Econômicos. **Ranking depositantes residentes 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/RankingdeDepositantesResidentes2023.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2025.

KRUGLIANSKAS, I.; MATIASPEREIRA, J. Um enfoque sobre a Lei de Inovação Tecnológica do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, p. 10111029, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6577/5161>. Acesso em: 10 mai. 2023.

LOBATO, A. A. *et al.* Produção do conhecimento tecnológico na UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, p. 231242, jul./dez. 2000. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/11/pdf\\_6e0233d36b\\_0012789.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_6e0233d36b_0012789.pdf). Acesso em: 22 mai. 2023.

LORENZONI, L. P. *et al.* Revisão sistemática de literatura em transferência de tecnologia: o ciclo de desenvolvimento dos bioinsumos. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 21, n. 2, 2024.

DOI: 10.25112/rgd.v21i2.3887. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3887>. Acesso em: 30 abr. 2026.

LOTUFO, R. A. A institucionalização de Núcleos de Inovação Tecnológica e a experiência da Inova Unicamp. In: SANTOS, M. E. R. (org.). **Transferência de tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. Campinas: Komedi, 2009.

MACEDO, L. S. *et al.* A incubadora de empresas da Universidade Federal de Uberlândia: agente de inovação e desenvolvimento local. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 203212, abr./jun. 2015. Disponível em: [https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/download/11720/pdf\\_98](https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/download/11720/pdf_98). Acesso em: 25 jun. 2025.

MORAES, W. G.; FERREIRA, M. A.; OLIVEIRA, T. R. Marcas: um ativo importante e por vezes negligenciado. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 2, n. 1, 2020.

PINHEIRO, B. J. **Gestão da propriedade intelectual no âmbito da inovação aberta**: um estudo em empresas farmacêuticas nacionais. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 7697.

ROCCA, E. Prefácio. In: SANTOS, M. E. R.; TOLEDO, P. T. M.; LOTUFO, R. A. (orgs.). **Transferência de tecnologia: estratégias para estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. Campinas: Komedi, 2009.

ROSA, R. A.; FREGA, J. R. Intervenientes do processo de transferência tecnológica em uma universidade pública. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 4, p. 435457, 2017.

SANTOS, M. E. R.; TOLEDO, P. T. M.; LOTUFO, R. A. **Transferência de tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. Campinas: Agência de Inovação da Unicamp, 2009.

SALES, M. A. O.; PIRES, E. A. Registro de marca como instrumento de proteção de ativos de propriedade intelectual nas universidades: uma revisão bibliométrica. **Cadernos de Prospecção**, v. 16, n. 5, p. 14621479, 2023.

SOUZA, A. C. M. M. Gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11.; CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2., 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: IGLU, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26132/5.26.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SILVA, E. B. **A gestão do processo de propriedade intelectual em uma instituição de ciência e tecnologia**: uma análise para o IFMT. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

SPEZIALI, M. G. *et al.* **Cartilha de propriedade intelectual**. UFOP, 2016. Disponível em: [http://saci2.ufop.br/data/solicitacao/08749\\_cartilha\\_nite\\_versao\\_final.pdf](http://saci2.ufop.br/data/solicitacao/08749_cartilha_nite_versao_final.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.

STAL, E.; FUJINO, A. **Aprimorando as relações universidadeempresagoverno no Brasil**: a Lei de Inovação e a gestão da propriedade intelectual. 2021. Disponível em: <https://repositorio.altecasociacion.org/bitstream/handle/20.500.13048/238/991-991-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2025.

TEN CATEN, N. K. F. S. B. **Melhores práticas para o NIT/UFOB**. 2021. Relatório (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Centro das Humanidades, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2021.

VASCONCELLOS, L. H. R.; MARX, R. Como ocorrem as inovações em serviços? Um estudo exploratório de empresas no Brasil. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 18, n. 3, p. 443460, 2011.

VIEIRA, A. C. P.; BUAINAIN, A. M. Propriedade intelectual, biotecnologia e proteção de cultivares no âmbito agropecuário. In: SILVEIRA, J. M. F. J.; DAL POZ, M. E.; ASSAD, A. L. (org.). **Biotecnologia e recursos genéticos**: desafios e oportunidades para o Brasil. Campinas: UNICAMP, 2004.